

AMBIENTE

Governo amplia em 6 meses proibição ao mogno

Roberto Castro/AE

Ministro do Meio Ambiente confirmou a medida depois de novo desvio de toras no Pará

EDSON LUIZ
 Enviado especial

ALTAMIRA – O governo decidiu estender por mais seis meses a vigência do decreto que proíbe a exploração e exportação de mogno, que vigora até a segunda quinzena deste mês. O anúncio foi feito ontem pelo ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, depois de constatar que um grupo de madeireiros estava desviando toras apreendidas no ano passado, no Pará. A madeira estava sob responsabilidade de um fiel depositário.

O ministro, depois de entendimentos com a juíza de Altamira, determinou a reapreensão, pelo Ibama, de cerca de 1.800 toras de mogno, no valor de R\$ 15 milhões. Carvalho também afirmou que vai pedir a prisão preventiva de 11 pessoas envolvidas na exploração ilegal.

Segundo Carvalho, o governo está formando uma comissão que vai analisar a exploração de mogno no País, proibida desde o ano passado. “Vamos estudar uma forma de permitir, nos próximos seis meses, tempo de prorrogação da moratória, a exploração sustentada do mogno”, explicou o ministro. “O que não vamos permitir é que marginais que se intitulam empresários continuem a fazer ações como essas”, acrescentou Carvalho, diante de mais de mil toras de mogno que, apesar de apreendidas, estavam dentro de uma serraria prontas para serem trabalhadas.

A madeira estava estocada em um porto no Rio Xingu, em Altamira, e em uma serraria próxima à cidade. As toras faziam parte de uma grande apreensão feita no ano passado, durante uma operação de guerra no noroeste do Pará, em plena floresta amazônica. Em um mês, foram encontrados cerca de 20



Toras estavam estocadas no Rio Xingu: segundo o Ibama, é mais uma ação dos “reis do mogno”

mil metros cúbicos de mogno, numa das maiores operações já feitas pelo Ibama. As toras apreendidas ontem estavam sob a guarda de Wandeir dos Reis Costa, que afirmou não haver irregularidades. “As acusações são infundadas”, disse.

Perseguição – Desde setembro do ano passado, o governo decidiu enfrentar o que chamou, na ocasião, de “máfia do mogno”. A primeira operação localizou cerca de 12 mil metros cúbicos de mogno e, uma segunda, em

fevereiro, outros 8 mil, numa ação que contou com 50 homens, incluindo fiscais e policiais militares do Pará. Toda a madeira estava estocada na Fazenda Jurilândia, às margens do Rio Iriri, a 140 quilômetros de Altamira, área que é disputada por uma empresa local e o próprio governo.

Em outra região, conhecida como Terra do Meio, o Ibama localizou, no início do ano, 10 mil metros cúbicos de mogno, cujo valor pode chegar a R\$ 30 milhões, segundo técnicos do órgão. O gru-

po responsável, chamado pelos técnicos do governo e pelo próprio Ministério Público como “máfia ou reis do mogno”, investiu em torno de US\$ 2 milhões na região, conforme levantamento do Ibama e da Polícia Federal.

Somente na Fazenda Jurilândia, foram apreendidos 28 caminhões, uma balsa, 10 carros, dois aviões, dois tratores de grande porte, usados para retirar a madeira do meio da floresta, e 21 motosserras, equipamento utilizado para derrubar pequenas árvores em torno do mogno.